

## **LEI 11.161/2005: REVOGAÇÃO E RETROCESSO MOTIVACIONAL NO APRENDIZADO DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA**

### ***LAW 11.161/2005: REPEALING AND MOTIVATIONAL RETROCESSION IN LANGUAGE LEARNING***

### ***LEY 11.161/2005: REVOCACIÓN Y RETROCESO MOTIVACIONAL EN EL APRENDIZAJE DE UNA LENGUA EXTRANJERA***

Mirella Novais Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O aprendizado de uma língua estrangeira de forma eficiente, comunicativa e significativa retém características que modificam o indivíduo em sua essência. Isso ocorre porque aprender um idioma não é apenas decodificação linguística, trata-se, sobretudo, da apropriação do universo cultural, social, econômico, político e espacial de todos aqueles que compartilham da mesma língua. Diante de tal poder, não é de se estranhar que tantas pessoas ao redor do mundo invistam nesse tipo de aprendizado, sendo os motivos que os conduzem os mais variados e nem sempre convergentes, perpassando por questões muito mais individuais do que coletivas. Com a homologação da Lei 13.415/2017, deixa de existir a obrigatoriedade de oferta do espanhol no Ensino Médio das escolas brasileiras, antes sustentada pela Lei 11.161/2005. Dessa forma, o ensino de idiomas volta a reservar um espaço à homogeneidade e imposição do ensino da língua inglesa, promovendo um retrocesso no poder de escolha do discente. Diante do exposto, este escrito propõe uma reflexão sobre as consequências negativas da revogação da Lei 11.161/2005, tornando-se essencial debater, inicialmente, a questão motivacional frente ao aprendizado de um idioma estrangeiro; em seguida, apresentar os espaços para a continuidade da oferta do espanhol, presentes na Lei 13.415/2017 e, por fim, elencar os benefícios da continuidade da oferta do espanhol nas escolas de Ensino Médio brasileiras, dentro de um processo de aprendizagem significativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei 11.161/2005; Motivação; Língua; Aprendizagem.

**ABSTRACT:** The process of learning a foreign language in an effective, communicative and meaningful way that has features that changes the individuals in their essence. This happens because learning a language is not a process of linguistic decoding. It is mainly an appropriation of the cultural, social, economic, political and spatial universe of those who speak the same language. It is not surprisingly that many people around the world invest in learning a language, motivated by distinct reasons, not always convergent and they surge for more personal than collective issues. With the statement of the law 13.415/2017, the mandatory offering of the Spanish language in in the Brazilian High Schools assured by the law 11.161/2005

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. E-mail: [mirella.oliveira@ifsp.edu.br](mailto:mirella.oliveira@ifsp.edu.br). Orcid: [0000-0002-8481-1761](https://orcid.org/0000-0002-8481-1761)

was repealed. Thus, the language teaching turns to situate the English language in a position of hegemony, imposing its teaching in schools, what means a step back in the student's choice. In view of this, this paper seeks to reflect the negative consequences caused by the repealing of the law 11.161/2005, bringing up for discussion the motivation in the process of learning a foreign language and, afterwards, present the spaces for the permanence of the Spanish language teaching, as stated in the law 13.415/2017. After that, list the benefits of permanence of Spanish in Brazilians High Schools, in a process of meaningful learning.

**KEYWORDS:** Law 11.161/2005; Motivation; Foreign Language; Meaningful Learning.

**RESUMEN:** El aprendizaje de una lengua extranjera de forma eficiente, comunicativa y significativa retiene características que modifican el individuo en su esencia. Ello ocurre porque aprender un idioma no es solamente decodificación lingüística, se trata, sobre todo de la apropiación del universo cultural, social, económico, político y espacial de todos aquellos que comparten de la misma lengua. Ante tal poder, no es raro que tantas personas alrededor del mundo invistan en ese tipo de aprendizaje, siendo los motivos que les conducen los más variados y no siempre convergentes, seguido por cuestiones más individuales que colectivas. Con la homologación de la Ley 13.415/2017, deja de existir la obligatoriedad de oferta del español en la Enseñanza Media de las escuelas brasileñas, antes sostenida por la Ley 11.161/2005. De esa forma, la enseñanza de idiomas vuelve a reservar un espacio a la homogeneidad e imposición de la enseñanza de la lengua inglesa, promoviendo un retroceso en el poder de elección del discente. Ante lo expuesto, este escrito propone una reflexión sobre las consecuencias negativas de la revocación de la Ley 11.161/2005, haciéndose esencial debatir inicialmente la cuestión motivacional frente al aprendizaje de un idioma extranjero; enseguida, presentar los espacios para la continuidad de la oferta del español, presentes en la Ley 13.415/2017 y por fin, subrayar los beneficios de la continuidad de la oferta del español en las escuelas de Enseñanza Media brasileñas, dentro de un proceso de aprendizaje significativo.

**PALABRAS-CLAVE:** Ley 11.161/2005; Motivación; Lengua; Aprendizaje.

## Introdução

O conceito de motivação, geralmente, está relacionado a um estado de excitação, provocado por outrem e que impele as pessoas a atuarem. Assim sendo, o termo motivar possui sua origem no verbo latino *movere*, cujo tempo *motum* e substantivo *motivum* no latim tardio evoluíram à palavra motivo. Logo, motivar alguém e a si mesmo é mover (se) para uma determinada ação, influenciado por uma série de fatores que, posteriormente, tende a explicar porque certo indivíduo age desta ou daquela maneira. No campo educacional, de maneira específica, tem relação ora com os motivos que o estudante já traz consigo para aprender um determinado conteúdo, ora com o ato de predispor o aluno para o aprendizado, despertando assim o estímulo do desejo de aprender, diante dos objetivos propostos dentro e fora de sala.

Quando se trata do ensino de idiomas esse fato deve ser ainda mais intensificado, visto que, ao contrário das demais disciplinas, os objetivos estão mais relacionados aos contextos externos do que internos. As relações estabelecidas dentro da sala de aula buscam refletir, construir e reconstruir

identidades, desvendando culturas e ampliando a visão de universo, objetivando espaços para o desenvolvimento de atores do seu próprio discurso e não meros repetidores dos discursos alheios.

Destarte, a motivação deve ser fator preponderante nesse processo, desde a oportunidade que o aluno tem de escolher a LE (Língua Estrangeira) que deseja estudar, pautada já naquilo que o motiva a fazê-lo. Assim sendo, revogada a Lei 11.161/2005 que possibilitava ao alunado o poder de escolha do idioma que iria cursar, desfaz-se, ao mesmo tempo, a motivação para este estudo.

Ao considerar esse ponto de vista, o aluno que é obrigado a cursar uma determinada matéria pelo simples fato dela fazer parte da grade curricular, ou ser a única disponível, já interfere, de maneira negativa, na motivação do aprendiz. O professor que assume uma turma assim, já adentra o ano com o desafio de superar a rejeição do aluno em relação àquele idioma, dificultando o aprendizado e, em alguns casos, chegando a causar uma espécie de bloqueio no processo de ensino-aprendizagem.

Percebe-se assim, que a motivação funciona como uma força que energiza, desbloqueia, sensibiliza e deriva de uma necessidade que nasce internamente e impulsiona o organismo a atuar, reforçada por estímulos externos. Globalmente, a oferta do espanhol, sinalizada como uma possibilidade na Lei 13. 415/2017, deve ser considerada como um espaço ao desenvolvimento de indivíduos mais críticos e preparados à reflexão do mundo que os rodeia, dentro de um processo de ensino-aprendizagem significativo.

## **1 Motivação e Ensino de Línguas**

Compreende-se que todo estudo exige esforço, renúncia, dúvidas, equívocos, dedicação e atenção. Porém, o estar motivado justifica essa série de inconvenientes que constroem o caminho para alcançar as metas que se propõem nas determinadas disciplinas. Para Elias Castilla (2006, p. 33) “A motivação tem por objeto relacionar o que o professor pretende que o aluno realize e o interesse deste. [...] Como a aprendizagem na escola se realiza em um ambiente um tanto artificial, é necessário motivar as atividades escolares.” Pensando em E/LE (Espanhol como Língua Estrangeira), não basta que o professor domine o conteúdo, seja fluente, tenha domínio de sala e disponha de excelentes recursos e material didático adequado pois, se o seu público não estiver motivado, será muito difícil atingi-lo.

Na verdade, o que se apresenta aos olhares de um estudante como mensagens significativas e de aplicação real no seu cotidiano, mostra-se mais interessante e facilita sua relação com o

professor, a disciplina e a apreensão da matéria. Evita-se, dessa maneira, por exemplo, o fato de que alunos secundaristas estudem o inglês como única opção por mais de quatro anos, com duas horas semanais e não saiam fluentes no idioma.

Questiona-se, nesses casos, se houve uma motivação negativa, como um reforço da incapacidade de aprender, gerando desconforto e desinteresse pela matéria. Caminha-se, assim, em direção oposta ao que se almeja no ensino de línguas estrangeiras, afastando o aluno da real possibilidade de comunicar-se com uma ferramenta a mais e trazendo-lhe o transtorno de ser obrigado a compartilhar, no espaço educativo, com uma disciplina que, além de ser-lhe imposta e parecer-lhe complicada, não se revela como algo útil. Sobre esse tema, elucidada-se que:

A motivação em relação ao estudo, brinda aos estudantes as habilidades e hábitos necessários para a apropriação dos conhecimentos básicos para enfrentar determinadas tarefas com sucesso. De forma geral, poderíamos definir a motivação no âmbito escolar como um processo psicológico que se baseia na esfera afetiva da personalidade. Permite a orientação dinâmica da atividade, com um objetivo determinado, condicionada pelas necessidades e motivos de aprendizagem, mobilizando e mantendo sua atitude diante do estudo. À proporção em que, a mesma dirija-se de forma correta a um objetivo bem definido, a atividade educativa será mais independente e seu resultado será ótimo. (PÉREZ, 2012, p.1)

Igualmente, entende-se que obter sucesso diante do estudado apresenta-se ao discente como um dos fatores que mais o motiva. Por isso, ao considerar que os efeitos estão no âmbito afetivo, faz-se importante manter a possibilidade da escolha do idioma a ser aprendido e, nesse ponto, as questões emocionais já servirão como apelos positivos, auxiliando no trabalho conjunto entre professor-aluno, aluno-aluno e aluno-objeto de conhecimento.

Os obstáculos que a disciplina possa oferecer serão minimizados pelos fatores de motivação complementares à opção feita pelo próprio alunado, de forma que a postura do indivíduo em sala será diferenciada daqueles que ali estão por obrigação e o docente possuirá um grupo que optou, desejou, ansiou participar daquela atividade, mantendo uma relação de expectativas, possibilitando-o inovar em métodos e técnicas para manter esse nível de excitação em seu grupo.

Ao referir-se às possibilidades de superar os obstáculos, é evidente que havendo uma maior identificação e predisposição, essas serão mais facilmente superadas, do contrário, cada dificuldade apresentada colaborará para o aumento do desestímulo. Quando existe um interesse mútuo em um grupo de estudos, a tendência, nos momentos mais difíceis, é de união e surgimento de

potencialização de habilidades e competências para que todos possam ultrapassar barreiras no aprendizado.

A possibilidade de aplicar, de imediato, os conhecimentos vistos em sala, acerca de um novo idioma, também é um fator de grande relevância para o aluno, quando se torna capaz de, partindo do conhecimento que adquire sobre novas culturas, comparar, contrastar, ver-se no outro, reconstruir identidades, assumir-se como protagonista, não restando dúvidas de que cada tempo e esforço para o aprendizado não será visto como perdas, mas sim como ganhos. Dessa forma, o aprendizado da LE funciona como forma de empreender o conhecimento e estendê-lo às demais áreas dentro e fora do ambiente escolar.

Ter que aprender e querer aprender quase que se opõem quando o tema é motivação, principalmente quando se trata de utilizar uma LE, cujo primeiro trabalho do docente é conseguir que os estudantes queiram aprender. Diante dessa situação, Mora (2008, p. 2) apresenta três variáveis as quais se referem à motivação: docentes, alunado e entorno. Sobre esse assunto, a autora ainda acrescenta que:

A motivação dos alunos portanto, estaria relacionada a dois fatores que podemos chamar externos: seu entorno e a prática docente. A respeito do entorno, podemos considerar elementos que pertencem a duas situações diferentes. Por um lado, temos fatores pessoais do aluno, que se referem à zona onde vive e estuda (geográfica e social), assim como a sua família e sua atitude diante da língua estrangeira e sua cultura. Por outro lado, temos o local onde estuda, e mais concretamente, o grupo ao qual pertence. Ou seja, tanto os recursos do local onde estudo quanto os colegas de sala. No que se refere ao professor, tanto a metodologia que utilize como sua relação com o aluno, são de suma importância. O alunado vê-se influenciado pelo seu entorno e o professor da mesma forma que também tem influência sobre eles. (MORA, 2008, p.2)

Ou seja, não obstante aos fatores que motivam os discentes no âmbito escolar, o uso que farão do seu aprendizado fora da escola é indissociável do que os motiva a manter o interesse no que é ministrado nas aulas dentro da instituição de ensino. Aqueles que conseguirem manter uma conversação de maneira satisfatória com nativos regressarão às carteiras escolares com dúvidas e descobertas vivenciadas e atestadas por sua própria experiência e levará todo o seu entusiasmo aos colegas, provocando uma avalanche motivacional, que deve ser aproveitada pelo facilitador como um aspecto positivo e propício à divulgação das divergências e variações de um idioma.

Pode-se, ainda, tratar de outra esfera da curiosidade do estudante, por exemplo, a de conseguir compreender textos ou letras de músicas no castelhano e transmitir as suas dúvidas a

partir das compreensões e interpretações textuais. Sobretudo, a escolha da língua estrangeira interfere no processo de ensino-aprendizagem, demonstrando como a eficiência pode ser potencializada diante de sujeitos dispostos a desvelar e absorver os conhecimentos linguísticos, pragmáticos e socioculturais de um idioma que não é o seu, mas que lhe proporciona tanto prazer quanto. Dessa forma, afirma-se que:

A motivação é uma força interior propulsora, de importância decisiva no desenvolvimento do ser humano. Assim como na aprendizagem em geral, o ato de se aprender línguas é ativo e não passivo. Não se trata de se submeter a um tratamento, mas sim de construir uma habilidade. Não é o professor que ensina nem o método que funciona; é o aluno que aprende. Por isso, a motivação do aprendiz no aprendizado de línguas é um elemento chave. (SCHÜTZ, 2003, p.1):

Esse construir habilidade reforça a ideia do sujeito como protagonista e principal responsável pelo seu aprendizado, anunciando que os esforços conjuntos entre docente, instituição e família podem não ser suficientes se não existir o despertar pelo desejo de aprender, independentemente do tipo de motivação aplicada. Por fim, o desenvolvimento das habilidades depende de um grau maior de esforço do aprendiz, estimulado pelos fatores externos e internos.

Visto dessa maneira, dispor de conhecimentos linguísticos e culturais variados para o contexto escolar têm seu grau de importância ampliado nas questões interdisciplinares, proposição e solução de situações problemas apresentados aos alunos para a obtenção de uma visão crítica e reflexiva. A proximidade que o estudante passa a possuir ao comparar as semelhanças e divergências entre os elementos que identifica no outro, pertencentes às suas próprias raízes coopera, não apenas com as habilidades na área do ensino de LE, mas também no seu desenvolvimento cognitivo e afetivo como membro e partícipe ativo da comunidade escolar.

## **2 Revogação da Lei 11.161/2005 frente a Lei 13.415/2017**

Já em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais alertavam sobre a formação de uma elite formada pelo domínio de uma língua, ao afirmar que uma LE “pode servir como instrumento de elitização que capacita algumas pessoas a ter acesso ao mundo exterior, ao mesmo tempo em que nega esse acesso a outras” (BRASIL, 1998, p.39). O texto afirmava ainda, de forma geral, que aqueles que são contemplados com os saberes de uma língua estrangeira e interligam culturas, têm maior predisposição a manipular opiniões e decisões no cenário mundial, por ter acesso aos seus argumentos sem as barreiras do idioma. Em contrapartida, os indivíduos que não possuem essa



gama de informações, tornam-se marginalizados e por vezes, inconscientes, manipulados pelos que a possuem.

Nesses termos, a própria Lei 13.415/2017, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, revoga a Lei 11.161/2005 e ainda institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, apresentando no primeiro parágrafo do Art.35-A, elementos reveladores da necessidade de articulação entre o indivíduo aprendiz e os fatores que colaboram com a sua formação integral, a saber: “A parte diversificada dos currículos de que trata o *caput* do Art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.” (BRASIL, 2017).

Assim sendo, cabe destacar que o ensino de qualidade para todos é a meta que o governo brasileiro afirma querer alcançar em diversos segmentos educacionais do país, equiparando assim a qualidade do ensino público à do ensino particular, com excelência para ambos. Entretanto, questiona-se sobre a existência da real possibilidade de que isso aconteça, considerando que a educação se apresenta como porta para a formação de um cidadão, formador de opinião, consciente do seu potencial transformador e influente na sociedade na qual está inserido.

Sobre esse tema, Fairclough (1992, p.16) defende “a necessidade de uma consciência crítica em relação à linguagem e ao seu papel na vida social como pré-requisito para o exercício democrático da cidadania à qual todos têm direito. ” Porém, nem sempre esses direitos são assegurados e o acesso a mais de um idioma amplia a forma de estabelecer novas relações de aprendizado, ressignificação e transformação social. Nesse sentido:

A história que o aprendiz carrega consigo em relação a sua língua materna interfere na maneira como ele aborda a língua adicional. Esta, ao abrir um espaço potencial para a expressão do indivíduo, questiona a relação que está instaurada entre o sujeito e a sua língua, que, por sua vez, é complexa e estruturante da relação que ele mantém com ele mesmo, com os outros e com o saber. (KANASHIRO; MIRANDA, 2020, p. 294)

Com a Lei 11.161, fez-se direito do aluno do Ensino Médio, desde 2005, escolher estudar ou o idioma estrangeiro, eleito pela Comunidade Escolar, ou a língua espanhola. Os motivos para que fosse feita essa eleição passavam também pela identificação desses, por questões culturais, artísticas, históricas, geográficas e linguísticas, visando fazer do seu aprendizado algo mais prazeroso e útil. Para Fontana (2005, p.23) “as identidades são produzidas pela marcação das

diferenças e estas, por meio de sistemas simbólicos de representação e também de exclusão do que não pertence, ratificando relações de poder e privilégios”.

Entretanto, o observado durante o período em que a Lei 11.161/2005 esteve em vigor foi um grande cerceamento do direito de escolha dado aos discentes, fazendo crer que, enquanto um grupo se favorecia nas escolas que cumpriam a lei, outros se tornavam excludentes nesse processo de inserção do idioma, quando não se oferecia o espanhol como opção na grade curricular. Esse fato tem relação com a noção do poder associado ao saber, defendido por Foucault (1972, p. 49) quando menciona as “práticas que sistematicamente produzem os objetos sobre os quais elas se referem”.

O aluno que reproduz de maneira obrigatória o que é ensinado nas aulas de inglês, já não vê essa disciplina como um espaço reservado ao debate, comunicação, compreensão, interpretação e exposição de argumentos sobre dados elementos socioculturais e geopolíticos. Promove-se, assim, uma espécie de silenciamento linguístico diante de uma parcela de marginalizados, impedidos de manifestar sua opinião e compartilhar de argumentos com seus pares, em função de uma competência linguística não desenvolvida adequadamente. Sobre o tema, é importante frisar que:

A legislação brasileira e as políticas que se vêm implementando para a garantia dos direitos linguísticos no país consideram as línguas como “bens culturais” e “patrimônio nacional”, o que implica um modelo de proteção ou valorização que silencia os sujeitos (marginalizados historicamente), produzindo a desvinculação da noção de direitos linguísticos enquanto direitos humanos, individuais e coletivos. (CASTELANO RODRIGUES, 2018, p.46)

No caso do ensino da língua espanhola, algumas situações, coincidentes ou não, dão pistas sobre as motivações da lei do espanhol no Brasil e determinados interesses que surgiram com ela. Organizados cronologicamente, têm-se os seguintes fatos: em 1991, o Tratado de Assunção é assinado e dá-se início ao MERCOSUL (Mercado Comum) tratado de livre-comércio assinado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nesse mesmo ano, o Instituto Cervantes (órgão oficial no Ministério de Educação da Espanha, que tem papel político, pois é responsável pela difusão da língua espanhola fora da Espanha) chega a São Paulo e, em 2000 ao Rio de Janeiro.

Em 2005, é sancionada a Lei 11.161 e ocorre uma ampliação nos investimentos para o ensino aprendizagem da língua espanhola, levando as universidades particulares a apostarem em novos cursos, os centros de idiomas tradicionalmente de inglês a abrirem turmas de espanhol e o cunho mercantilista do E/LE invade a mídia. O Instituto Cervantes intensifica os esforços para abocanhar este mercado frutífero e economicamente válido. Sobre essa situação, atesta-se no



próprio *site* da citada instituição, que após a promulgação da lei, foram inauguradas sedes em Brasília, Curitiba, Porto Alegre e Salvador, todas em 2007 e, em 2009, foram inauguradas, também, unidades em Recife, Belo Horizonte e Florianópolis, tornando o Brasil o país com o maior número de unidades do Instituto Cervantes em todo o mundo. Vale aqui então, mencionar outra vez a Lei 13.415/2017, onde se lê ainda no Art. 35-A, § 7º, que “Os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.” (BRASIL, 2017)

Agora já se compreende que não apenas o inglês, mas também o castelhano permeia entre todos os continentes e apresenta-se tão útil nas esferas político-econômicas quanto o inglês. A relação de poder que ambas as línguas estabelecem no contato entre seres humanos de diversas nacionalidades vai além de curiosidades alavancadas pelo turismo e pequenos empreendimentos internacionais no país, pois se revela rapidamente em diversos setores, inclusive na internet, atingindo uma quantidade expressiva de nativos hispânicos. Marcos Marín e Sánchez Lobato evidenciam que esse interesse por aprender outros idiomas sempre existiu e com ele as intenções relacionadas ao poder. Afirmam ainda que:

A lo largo de la historia de la humanidad, bien por razones políticas, culturales o comerciales, siempre ha existido un enorme interés por aprender otras lenguas. En el mundo actual, el interés se ha visto acrecentado, al menos cuantitativamente, por los cambios operados en la sociedad y por la aparición de los poderosos medios de comunicación y de las técnicas que los sustentan. (MARÍN; LOBATO, 1996, P.51)

Em 2010, após um período de declínio do Mercado Comum, as universidades que abriram cursos, impulsionados pelo *frisson* da lei, os substituem por outras áreas, mais rentáveis. O mesmo ocorre com os Centros de Idiomas e divulgação na mídia, que começa a revelar uma descrença na importância do idioma para o indivíduo e reafirma o poderio da língua inglesa, longe de ser quebrado, mesmo quando se entende que precisa haver “uma orientação translíngua, tendo em vista que devem ser compreendidas como formas de práticas comunicativas e não como variedades estáveis, não distantes dos efeitos da translocalidade do mundo pós-moderno.” (ANTUNES; OLIVEIRA, TANZI NETO, 2018).

Nos anos de 2011 e 2012, a crise na Europa contribuiu ainda mais para o desinteresse do idioma, considerando que os principais incentivadores na implantação da lei eram grupos espanhóis, que foram veementes criticados e repreendidos por associações e entidades acadêmicas

do setor educacional brasileiro, perdendo espaço não apenas com a indústria editorial, como nos cursos superiores técnicos à distância e capacitação profissional de professores de área afim.

Atualmente, não se percebe uma intenção de implementar o ensino do espanhol por parte dos governantes, em especial os estaduais, dado inúmeros aspectos dos quais carece o Sistema Educacional Brasileiro, que vai desde a mão de obra qualificada, passando por material didático adequado aos brasileiros até a estrutura física necessária para a efetiva aplicação do idioma. Não obstante, a educação formal, nesta década, aponta caminhos para um processo de ensino-aprendizagem interdisciplinar e pluricultural. Nesse sentido, alguns aspectos devem ser considerados como relevantes desde a formação dos professores, passando pela estrutura curricular, até chegar às atividades político-pedagógicas desenvolvidas na instituição, onde se depreende esforços para formar alunos cada vez mais críticos e reflexivos.

Ademais, os mesmos aprendizes são motivados a participar de um espaço de interação e troca de conhecimentos, necessários para complementar ou levá-lo a decidir sobre as informações relevantes para o seu contexto, dentre tantas que lhes são apresentadas cotidianamente. Logo, não pode haver momento mais propício para que o espanhol retorne como opção para os alunos brasileiros, devendo ainda considerar que a Lei 13.415 o coloca como oferta preferencial, ainda que dentro do núcleo optativo de disciplinas, a saber:

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (BRASIL, 2017)

Hodiernamente, a possibilidade de expandir os conhecimentos perpassa pela capacidade de comunicação entre estudantes de todo o mundo. Ao considerar que o ensino do inglês voltou a ser obrigatório nas escolas do Brasil, oferecer aos discentes a possibilidade de desenvolver suas habilidades linguísticas em um contexto trilingue e multicultural, torna-lhes críticos e possuidores do próprio discurso, conferindo-lhes muito mais significado ao processo de ensino-aprendizagem.

### **3 O Ensino de Idiomas na Construção de uma Aprendizagem Significativa**

A teoria desenvolvida pelo norte americano David Ausubel valoriza o conhecimento prévio do aluno e a sua capacidade de relacionar o que já conhece com os conhecimentos recém-

adquiridos, de maneira que apresente para este indivíduo um significado real na sua prática cotidiana. Uma das estratégias sugeridas na sua teoria para a fixação e correlação de conteúdos /conceitos é o mapa conceitual, uma espécie de organograma em que o indivíduo constrói o conhecimento, à sua maneira, a partir do que já conhece aliado ao que já adquiriu. Este é bastante útil quando se pretende evidenciar as relações hierárquicas existentes entre os diversos conceitos relativos a um determinado conteúdo. Sobre a relação da escola com a teoria de Ausubel, Fernandes (2001, p. 1) afirma que:

Pensada para o contexto escolar, a teoria de Ausubel leva em conta a história do sujeito e ressalta o papel dos docentes na proposição de situações que favoreçam a aprendizagem. De acordo com ele, há duas condições para que a aprendizagem significativa ocorra: o conteúdo a ser ensinado deve ser potencialmente revelador e o estudante precisa estar disposto a relacionar o material de maneira consistente e não arbitrária.

Essa disposição por relacionar o material de maneira consistente que menciona a autora, remete-nos ao poder de escolha que deve ser dado ao aluno no momento de decidir por estudar espanhol ou outro idioma. Já no momento em que opta, o aluno possui elementos intrínsecos e extrínsecos que o motivam a buscar esta ou aquela língua e se coloca predisposto a aprendê-la de maneira consistente, com objetivos variados, que o conduza, dando sentido real aos seus estudos.

Sabe-se que o nível de uma LE adquirida em colégio particular supera em muito o de um indivíduo que estuda em um colégio público, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), estabelecidos pelo governo. O aprendizado em uma escola particular, geralmente, prevê objetivos específicos muito bem marcados e progridem à medida que esses são alcançados. Vale ressaltar que a realidade nas escolas onde os aprendizes podem optar pela língua espanhola traz a probabilidade da expressão linguística dimensionada como altamente positiva, no sentido de que esses alunos conseguem manter comunicação e atingir suas metas.

Também, através de exames nacionais, percebe-se uma grande diferença no desempenho entre alunos de colégios particulares e públicos, da mesma forma quando se averiguam os resultados das seleções públicas para ingresso nas universidades e oportunidades de estágio remunerado, ou até mesmo serviço temporário de atendimento ao turista. Entretanto, o que se observa na maioria das escolas estaduais de Ensino Médio é a presença de lacunas no aprendizado, a efeito do que conceitua Masini (2011, p.21):

São condições não atendidas para ocorrência da aprendizagem por compreensão ou por reflexão. Comprometimentos no desenvolvimento da aprendizagem são consequências de lacunas que podem ser localizadas em diversas situações, como as apresentadas a seguir: dimensionadas e situadas na concepção do processo relacional que alicerça a Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel e que se entrelaça à concepção da complexidade; situada na concepção cognitivista e construtivista sobre o processo de aquisição do conhecimento que rejeita teorias deterministas que atribuem comprometimentos a causas fisiológicas ou neurológicas; entendidas como falhas no processo de compreensão, reflexão e atribuição de significados e, conseqüentemente, ausência da capacidade de relacionar conceitos e utilizá-los em situações novas.

Essas lacunas no uso da compreensão e da reflexão trazem consequências negativas ao processo de ensino-aprendizagem, pois são indispensáveis para o domínio de certos conceitos e atribuições de significados. Uma vez que as denominações não estão disponíveis em sua estrutura de conhecimentos, não ocorre a aprendizagem por reflexão, tampouco este aluno é capacitado para as resoluções das situações-problema.

A teoria de Ausubel pode oferecer esclarecimentos e encaminhamentos que permitem, mesmo na escola pública, preencher as lacunas e estabelecer uma relação de aprendizado mútuo, de forma a partir de elementos culturais comuns, assim como perpassar pela motivação de aprender, determinada pelo próprio aluno. Assim, cria-se uma relação de compromisso do aluno por aprender e do professor em ensinar, já que ambos objetivam aplicar significância aos elementos apreendidos e compartilhados em sala para que, da leitura e reflexão, se culmine na produção e argumentação do texto em seu sentido amplo.

Os resultados de uma aprendizagem significativa de um idioma estrangeiro estão relacionados ao estímulo dos processos e estratégias, instigados pelo professor e praticados pelo aluno enquanto aprende. Sabe-se que a aprendizagem não se limita à aquisição do conteúdo, pois envolve, necessariamente, as destrezas adquiridas com as quais o estudante pode aprendê-lo. O desenvolvimento das estratégias cognitivas<sup>2</sup> nos alunos está diretamente relacionado ao tipo de ensino que os alunos recebem, já que se relacionam com as tarefas específicas da aprendizagem.

Quando se direciona a temática para as escolas públicas, surgem outros desafios a serem enfrentados, que vão desde a estrutura física, passando por formação inadequada ou falta de

---

<sup>2</sup> O conceito de estratégias cognitivas, neste contexto, deve ser entendido como as que compreendem comportamentos e pensamentos que diretamente influenciam o processo de aprendizagem, principalmente na forma como a informação será armazenada.

formação continuada dos professores, ausência de recursos tecnológicos, os quais podem impedir a oportunidade de comunicação com nativos do idioma estrangeiro até a descrença do aluno em aprender uma LE, visto que ainda possui inúmeras dificuldades no aprendizado da sua língua materna. Almeida (2007, p. 1) elucida este fato ao afirmar que

O ensino de Língua Estrangeira (LE) no ensino médio e fundamental constitui-se em um desafio para a maioria dos professores, em parte devido à heterogeneidade das turmas, ao quantitativo de alunos inadequado, bem como em função da dificuldade em se demonstrar a relevância desse conteúdo no dia-a-dia dos alunos. É imprescindível, portanto, que desde o início do processo, o professor desperte nos estudantes autoconfiança e interesse no aprendizado de um novo idioma, mostrando que o estudo de outra língua reforça e amplia o desempenho na própria língua materna, oportuniza o conhecimento de outras culturas, identificando diferentes modos de expressão e comportamento.

O idioma, no entanto, precisa estar a serviço de seu usuário, evitando-se a crença equivocada de que alunos da rede pública não precisam ou não são capazes de aprender outra língua. Muitas vezes, o primeiro contato ou o despertar para a vontade de aprender um idioma surge de projetos desenvolvidos como trabalhos interdisciplinares, nos quais o aluno tem acesso às relações proporcionadas entre as disciplinas, incluindo a língua estrangeira.

Quanto mais relações o indivíduo fizer entre o que ele aprende e o que já conhece, mais significativo isso lhe parecerá e o esforço por aprender o idioma estrangeiro estará justificado, independente se no início não houver a crença de que se fosse capaz. Muitas vezes, dentro dos colégios, perpetua-se a ideia de que a língua estrangeira é menos importante que a língua materna e a matemática, por exemplo, porque não tem aplicação real. Essa inverdade deve ser extinta nos discursos dos membros da Comunidade Escolar.

O local de igualdade do ensino de línguas em relação às demais disciplinas devem ser reiterado perante as pessoas, que são corresponsáveis pela educação desses jovens e adultos. Assumindo essa postura interdisciplinar, tão presente no momento de execução dos projetos e, às vezes, ausente das aulas diárias, haverá uma colaboração maior no sentido de auxiliar o estudante a desenvolver seu campo cognitivo em todas as áreas e transformar o seu conhecimento utilizando os

subsunçores<sup>3</sup> com mais frequência, de maneira interdisciplinar, dando condições para uma aprendizagem significativa.

Analisado por essa ótica, o aprendizado contínuo dos aprendizes possibilitará a percepção do progresso deles em todos os setores do conhecimento, de modo a valorizar o potencial, evoluindo de maneira coletiva e individual. Todos esses aspectos facilitam o desenvolvimento das competências e habilidades que a disciplina de LE contempla para a formação de um falante competente pleno. Por outro lado, historicamente, o progresso do aluno é medido em forma de avaliação somativa (aquela que quantifica) e o medo da reprovação permeia, muitas vezes, como um bloqueio das ações referenciais. Entende-se que essa preocupação é cabível quando se está em uma educação formal, classificatória e nivelada, mas também é sabido que se está longe de conceber um modelo ideal de avaliação, desafio maior na educação atualmente.

A avaliação dentro de uma aprendizagem significativa acontece no adequado método de tarefas dos alunos, no cotidiano da classe, no período dos debates grupais, da efetivação de trabalhos em grupos ou individuais. Nessa oportunidade, o professor pode entender melhor as dificuldades e necessidades da turma, localizar problemas e auxiliar a resolvê-los, dotar os aprendizes da capacidade de buscar mais uma solução para a situação-problema com que se deparam. Feita de maneira processual, permite-se que o professor analise seus métodos, com a finalidade de desempenhar o trabalho de ajudar os alunos e a si próprio para descobrir os signos da edificação do homem, da informação, da civilização, da cultura e assim, quase sem perceber, descobrir o real significado de aprender um idioma estrangeiro, apropriar-se dele e fazê-lo, sempre que necessário, seu.

Muitas vezes, o primeiro contato ou o despertar para a vontade de aprender um idioma surge de projetos desenvolvidos como trabalhos interdisciplinares, nos quais o aluno tem acesso às relações que existem entre as disciplinas, incluindo a língua estrangeira. Geralmente apoiado por Artes, Português ou Educação Física, descobre-se um universo novo, seja através da dança, esportes, atividades artísticas em geral, poesia, obras literárias adaptadas para encenações depois de traduzidas, entre tantos outros.

---

<sup>3</sup> A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação se ancora em conceitos relevantes (subsunçores) preexistentes na estrutura cognitiva do aprendiz. Ausubel define estruturas cognitivas como estruturas hierárquicas de conceitos que são representações de experiências sensoriais do indivíduo. A ocorrência da aprendizagem significativa implica o crescimento e modificação do conceito subsunçor.



Em suma, há momentos em que os olhos dos alunos brilham com a possibilidade de fazer uso do que aprende para mostrar seu talento ou descobrir-se capaz de fazer, de construir por si e revelar aos demais algo a partir do que aprendeu. Esse ato deve ser reforçado, cotidianamente, nas aulas de línguas. Para além disso, deve-se buscar, também, contato com outras disciplinas como História, Geografia, Sociologia e Filosofia, que acrescentam ao prazer de aprender elementos de identidade e cidadania, fontes que ultrapassam os muros da escola e capacitam o aluno como sujeito formador de opinião, junto com as disciplinas já citadas anteriormente e, claro, todas as disciplinas exatas.

Quanto mais relações o indivíduo conseguir fazer daquilo que aprende com o que já conhece, mais significativo isso lhe parecerá e o esforço por aprender o idioma estrangeiro estará justificado, independente de, no início, desacreditar-se de seu efetivo aprendizado. Para Fontana (2005), “as identidades são produzidas pela marcação das diferenças e essas, por meio de sistemas simbólicos de representação e também de exclusão do que não pertence, ratificando relações de poder e privilégios”.

Dentro desse contexto, Damiana (2011) depreende dois dos quatro modos de operação de uma ideologia, segundo a teoria de Thompson (1990): a legitimação e a reificação, explicados da seguinte maneira pela autora:

A legitimação ocorre mediante a transmissão do ideal de que o aprendizado da língua inglesa se faz necessária para todas as pessoas, seja ela de qualquer núcleo político, social ou cultural, e independente de que carreira deseje seguir, desde que tenha como meta o sucesso. Isso ocorre através da estratégia chamada por Thompson de Universalização em que determinados acordos, que em verdade servem apenas ao interesse de alguns indivíduos, são apresentados como de interesse unânime. A Reificação ocorre uma vez que tal situação histórica não é encarada como algo transitório e sim permanente, atemporal e natural. Bem como a necessidade do aprendizado da língua se apresenta também natural. (DAMIANA, 2011, p.878 apud THOMPSON, 1990)

A Universalização de Thompson, mencionada acima leva ao questionamento sobre a quem interessa esta ideia de o inglês ser necessário para todas as pessoas. Entende-se, então, a relação da língua com o poder econômico e os acordos que interessam a uma minoria poderosa e influente em todos os setores do país, contrapondo-se à ideia de que o ensino de qualidade para todos é a meta que o governo brasileiro afirma querer alcançar em todos os segmentos educacionais do país,

equiparando, assim, a qualidade do ensino público à do ensino particular, com excelência para ambos.

Por conseguinte, questiona-se sobre a existência da real possibilidade de que algo aconteça, considerando que a educação se apresenta como porta para a formação de um cidadão. Sobre esse tema, Fairclough (1992) defende “a necessidade de uma consciência crítica em relação à linguagem e ao seu papel na vida social como pré-requisito para o exercício democrático da cidadania à qual todos têm direito.” Entende-se assim a importância do ensino aprendizagem do espanhol dentro de uma perspectiva sociolinguística, formadora de opinião e consciente do seu potencial transformador e influente na sociedade na qual está inserida.

Por fim, a promessa de um ensino de qualidade para todos necessita deixar de ser um sonho e passar a prática, refletida em transformações e significados reais para a construção de uma sociedade mais justa e a devolução do estado democrático de direito, prevista na Constituição e como anseia todo o povo brasileiro, àquele a quem o poder das decisões deveria pertencer.

### **Considerações Finais**

Entende-se que, ao longo do tempo, o estudo da língua espanhola teve momentos de altos e baixos até atingir a posição que ocupa hoje no país. A Lei 11.161/2005 foi um divisor de águas no ensino de idiomas estrangeiros no Brasil e não apenas do idioma espanhol. Vale ressaltar que a abordagem comunicativa ensinada, atualmente, nos centros de idiomas do país e do mundo, ainda apresenta, na prática, resquícios de outras abordagens já experimentadas antes, bem como o modo do ensino do inglês ser conduzido, fomenta descrença entre os agentes partícipes do processo de ensino-aprendizagem, transportando para os alunos a ideia de que a escola pública não é um local onde se possa aprender um idioma.

Entretanto, as reformas curriculares, que acompanharam as mudanças na Legislação Brasileira, buscam resgatar o interesse do alunado pelo aprendizado de línguas, não apenas pelo seu caráter linguístico/ técnico, mas principalmente por seu caráter comunicativo e formador. Sabe-se que, por tratar-se de uma lei que envolve escolhas, é de suma importância explicitar que a motivação está intimamente atrelada ao sucesso de docentes e discentes, por isso é necessária uma retroalimentação de conhecimentos, técnicas e recursos de transmissão adequada e contextualizada na realidade do educando. É sábio e eficiente valorizar o que este aluno já traz consigo,

principalmente tratando-se de uma sociedade altamente turística, que oferece uma gama de empregos alternativos, relacionados ao uso do idioma na sua forma mais cotidiana.

No entanto, é importante perceber que as intenções políticas e econômicas costumam impor-se aos interesses e necessidades reais da população. Assim, deve-se romper com este estigma e valer-se da condição democrática do país, cobrando das autoridades providências necessárias para que seja assegurada a probabilidade de todos os alunos cursarem o espanhol e fazer uso do idioma nas mais diversas situações que lhes forem impostas, caminhando na direção de uma aprendizagem cada vez mais significativa.

Por fim, as questões de desmotivação para que o idioma estrangeiro latino possa alcançar as mesmas dimensões de rejeição que muitos estudantes tiveram por serem obrigados a estudar a língua germânica não devem existir. Daí, a importância de que a escolha seja mantida, pois a intenção não é de criar outra hegemonia idiomática, desta vez voltada para a língua hispânica, mas de dar a oportunidade aos sujeitos desse processo educacional de escolher qual delas lhes parece mais significativa, segundo os objetivos que pretendem alcançar com o estudo de uma LE. Foi-se o tempo dos anseios, chegou o momento das ações.

## Referências

- ALMEIDA, Patrícia. **O ensino/aprendizagem – prazerosos – de língua estrangeira na rede pública**. In: ABRAHÃO, Maria Helena Vieira; GIL, Glória; RAUBER, Andréia Schurt (Orgs.). Anais do I Congresso Latino-Americano sobre Formação de Professores de Línguas. Florianópolis, UFSC, 2007.
- ANTUNES, Paula Tatiana Silva; OLIVEIRA, Grassinete C. de A.; TANZI, Adolfo Neto. **Ensino-aprendizagem de Línguas em Contextos (super) diversos**: possibilidades e desafios para as políticas públicas nacionais. Revista *The Specialist*, São Paulo, v.39, n 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/esp/article/view/40839>. Acesso em 11 jul. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 11.161**, de 05 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília, DF, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-A9ries](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-A9ries). Acesso em: 18 mar. 2016.
- BRASIL. **Lei n. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art22](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art22). Acesso em: 18 mar. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 1998.
- CASTELANO RODRIGUES, Fernanda. **A noção de direitos linguísticos no Brasil**: entre a democracia e o fascismo. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 42, p. 33-56, 2018. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao42/edicao42.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

DAMIANA, Bruna. **Poder e supremacia**: a venda do ensino de língua inglesa como língua estrangeira no Brasil. (Artigo da CiFEFiL, publicado em 2011). Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xv\\_cnlf/tex\\_completos/poder\\_e\\_supremacia\\_BRUNA.pdf](http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tex_completos/poder_e_supremacia_BRUNA.pdf). Acesso em: 2 out. 2019.

ELIAS CASTILLA, Rosa. **Principales métodos y técnicas educativos**. Lima: San Marcos, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FERNANDES, Elisângela. **David Ausubel e a aprendizagem significativa**. Revista Escola, São Paulo, n 248, dez. 2011. São Paulo, abr. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/david-ausubel-aprendizagem-significativa-662262.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2013.

FONTANA, Beatriz. **Aquisição de inglês como Língua Estrangeira em uma escola pública**: jogos de poder, produção e reprodução de identidades. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

FOUCAULT, M. **The archaeology of knowledge**. New York: Harper and Row, 1972.

KANASHIRO, Daniela Sayuri Kawamoto; MIRANDA, Ana Karla Pereira de. **Espanhol, presente! Discussão sobre o apagamento e a resistência do idioma em documentos oficiais**. Textura: Revista de Educação e Letras, Canoas, v.22 n.50, p. 289 – 308, abr./jun. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/download/5480/3731>. Acesso em: 11 jul. 2020.

MARCOS MARÍN, Francisco; LOBATO, J. S. **Linguística Aplicada**. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

MASINI, Elcie F. Salzano. **Aprendizagem significativa: condições para ocorrência e lacunas que levam a comprometimentos**. Revista/Meaningful Learning Review – V1(1), pp. 16-24, 2011. Disponível em: [http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo\\_ID2/v1\\_n1\\_a2011.pdf](http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID2/v1_n1_a2011.pdf). Acesso em: 03 mar. 2013.

MORA, Isabel Iglesias. **La motivación en la enseñanza - aprendizaje del inglés**. El Lapisero. Principal. Año 2008. Ene. 2008. Experiencias Educativas. Sevilla. Acesso em: 27 fev 2013. Disponível em: <http://www.ellapicero.net/node/2382>.

PERÉZ, Zilia Yanet Rodríguez; FAJARDO, Magaly Sanz; BERENGER, Marily La O. **La motivación en el proceso de enseñanza-aprendizaje**. EFDeportes.com Revista digital, Buenos Aires, año 17 n. 170, jul. 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/motivación-proceso-ensenanza/321>. Acesso em 21 fev. 2013.

SCHÜTZ, Ricardo. **Motivação e Desmotivação no Aprendizado de Línguas English Made in Brazil** <<http://www.sk.com.br/sk-motiv.html>>. Online. 10 de novembro de 2003.